



MUNICÍPIO DE
VISEU

Procedimento Concursal

Concurso Público sem publicação no JOUE (Art.º 20º 1/b))

*Fornecimento de Colunas para a Iluminação Pública
(Rua Almirante Afonso Cerqueira)*

Caderno de Encargos

Índice

PARTE I.....	4
Condições jurídicas e económicas.....	4
Capítulo I.....	4
Disposições gerais	4
Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Representantes das partes.....	4
Cláusula 3.ª	4
Contrato	4
Cláusula 4.ª	5
Preço Base	5
Cláusula 5.ª	5
Preço contratual	5
Capítulo II	6
Obrigações contratuais	6
Cláusula 6.ª	6
Obrigações principais do adjudicatário	6
Cláusula 7.ª	6
Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 8.ª	7
Prazo do dever de sigilo	7
Cláusula 9.ª	7
Condições de pagamento	7
Cláusula 10.ª	7
Força maior	7
Cláusula 11.ª	8
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 12.ª	8
Resolução por parte do adjudicatário	8
Cláusula 13.ª	9
Penalidades	9
Cláusula 14.ª	10
Caução.....	10

Capítulo III	10
Resolução de litígios	10
Cláusula 15. ^a	10
Foro competente	10
Capítulo IV	10
Disposições finais	10
Cláusula 16. ^a	10
Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 17. ^a	11
Comunicações e notificações	11
Cláusula 18. ^a	11
Deveres de Informação	11
Cláusula 19. ^a	11
Transição dos serviços objeto do contrato	11
Cláusula 20. ^a	11
Contagem dos prazos	11
Cláusula 21. ^a	12
Legislação aplicável	12
Cláusula 22. ^a	12
Tratamento e Proteção de Dados Pessoais	12
PARTE II	15
Condições técnicas.....	15
Capítulo V.....	15
Disposições específicas do fornecimento.....	15
Cláusula 23. ^a	15
Caracterização dos bens a fornecer no âmbito do contrato	15
Cláusula 24. ^a	16
Local de entrega dos bens	16
Cláusula 25. ^a	16
Prazo de entrega dos bens.....	16
Cláusula 26. ^a	16
Quantidades a fornecer dos bens de contrato	16
ANEXO I	17

PARTE I

Condições jurídicas e económicas

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o “Fornecimento de Colunas para Iluminação Pública da Rua Almirante Afonso Cerqueira”, dele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição.

Cláusula 2.^a

Representantes das partes

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.
2. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;

- 2.4. A proposta adjudicada;
- 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato prevalece os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (adiante designado por CCP), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço Base

Tendo em consideração os serviços a prestar, define-se o valor de 12.540,00 € (doze mil, quinhentos e quarenta euros) acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, como o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a ENTIDADE ADJUDICANTE obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os preços constantes da proposta adjudicada não serão objeto de atualização.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta em pleno cumprimento do estipulado no Caderno de Encargos;
 - 1.2. Obrigação da garantia dos serviços a executar;
 - 1.3. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta em pleno cumprimento do estipulado no Caderno de Encargos;
 - 1.4. Obrigação da garantia dos bens a fornecer.
2. A prestação inclui todas as operações necessárias para garantir o funcionamento/utilização dos bens objeto do contrato em segurança e de acordo com as características da instalação e dos seus componentes.
3. O adjudicatário deverá fornecer todos os documentos e/ou informações ao Gestor de Contrato nomeado pelo Município, que sejam solicitadas no âmbito das suas competências de acompanhamento do contrato.

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Condições de pagamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula 5.^a do presente Caderno de Encargos, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens solicitados.
3. Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.
5. No caso de atraso no pagamento das faturas, referidas no número anterior, o adjudicatário pode invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, nos termos e com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10.^a

Força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.5. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - 3.6. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos do disposto nos artigos 333º e seguintes do CCP.
2. Constitui fundamento de resolução do contrato a título sancionatório a violação das obrigações previstas na **cláusula 25.^a** deste caderno de encargos, determinando o respetivo incumprimento a perda, por parte do contraente público, do interesse na prestação em falta.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.

2. No caso previsto do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 13.^a

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Viseu, pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - 1.1. Em caso de incumprimento global do contrato, a penalidade a aplicar será em valor correspondente a 2% do preço contratual, por cada dia de atraso;
 - 1.2. Em caso de incumprimentos parciais das obrigações:
 - 1.2.1. Nos 8 dias além dos prazos definidos no caderno de encargos, a penalidade será de 0,50% do valor dos bens em falta, por cada dia de atraso;
 - 1.2.2. Entre os 9 e os 20 dias além dos prazos definidos no caderno de encargos, elaborado de acordo com o indicado na proposta, a penalidade será de 1,00%, do valor dos bens em falta, por cada dia de atraso;
 - 1.2.3. Após 21 dias de atraso, além dos prazos definidos no caderno de encargos, a penalidade será de 1,5% do valor dos bens em falta, por cada dia de atraso;
 - 1.3. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 15 dias seguidos a contar da notificação;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Viseu, pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 120 dias, calculada de acordo com o número anterior.
3. As sanções a que se referem os números anteriores, não poderão exceder um valor acumulado de 20% do valor contratual.
4. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Viseu decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30%.
5. Ao valor da pena pecuniária prevista no número dois são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto de contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Viseu, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do

incumprimento.

7. O Município de Viseu pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Viseu exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a

Caução

Tendo em consideração que o valor base de procedimento é inferior ao estipulado na alínea a) do n.º 2 do art.º 88º do CCP, entende-se dispensar a prestação de caução.

Capítulo III

Resolução de litígios

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita da Entidade Adjudicante.
2. Caso se verifique incumprimento das obrigações previstas na **cláusula 25.^a** deste caderno de encargos, constituindo, portanto, fundamento de resolução do contrato a título sancionatório tal como previsto na **cláusula 11.^a** deste mesmo caderno de encargos, o cocontratante poderá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante nos termos do disposto no artigo 318.º-A do

CCP.

Cláusula 17.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual das partes, identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 19.^a

Transição dos serviços objeto do contrato

Não aplicável.

Cláusula 20.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.^a

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Todos os equipamentos deverão possuir marcação CE e estar devidamente certificados segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 22.^a

Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
 - a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos, durante a vigência do contrato, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado e prestar toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - d) Não contratar outro subcontratante sem que o Contraente Público tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral, devendo informar de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, podendo o Contraente Público opor-se às referidas alterações;
 - e) Caso o Prestador de Serviços seja autorizado pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das entidades subcontratadas, bem como por toda a atuação das mesmas.
 - f) Garantir que os prestadores de serviços ulteriores, ou sub-subcontratantes, cumprem a legislação aplicável em matéria de proteção de dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Prestador de Serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas, considerando-

se responsável, perante o Contraente Público, pelo cumprimento das obrigações dos sub-subcontratantes.

- g) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- h) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- i) Assegurar o cumprimento do RGPD, LERGD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- j) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- k) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- l) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- m) Utilizar medidas de segurança física, nomeadamente, a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Contraente Público dos dados pessoais de outros clientes do Prestador de Serviços, a utilização de backups, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito;
- n) Utilizar medidas de segurança lógica quando necessário, nomeadamente, a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de logs de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, e da Diretriz da CNPD sobre medidas organizativas e de segurança aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais.
- o) Adotar as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados à Contraente Público ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais;
- p) Prestar assistência ao Contraente Público, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativamente aos direitos

dos titulares dos dados, nos termos previstos no RGPD, designadamente, o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, oposição de tratamento e de revogação do consentimento;

- q) Notificar de imediato o Contraente Público, caso o pedido do titular dos dados tenha sido apresentado diretamente ao Prestador de Serviços, e abster-se de responder ao pedido, salvo se autorizado a fazê-lo pelo Contraente Público;
- r) Notificar o Contraente Público de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir ao Contraente Público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD;
- s) Não disponibilizar ou publicar qualquer informação, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança, em relação aos dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato, sem aprovação prévia do Contraente Público.
- t) Prestar apoio na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados, quando solicitado pelo Contraente Público, e colaborar com este na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.
- u) Disponibilizar, a pedido do Contraente Público, e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes do Contraente Público auditem a conformidade do Prestador de Serviços com requisitos previstos na presente cláusula e na legislação aplicável;
- v) Permitir o acesso do Contraente Público aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, no âmbito do presente contrato, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes.

- 2. O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
- 3. Os detalhes das operações de tratamento, em particular, a duração, a natureza e a finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, são especificadas no Anexo I do Caderno de Encargos, do qual fazem parte integrante.
- 4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços, enquanto subcontratante, é efetuado de acordo com as instruções do Contraente Público, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.
- 5. Finda a vigência do contrato, o Prestador de Serviços tem a obrigação, consoante a escolha do Contraente Público, de eliminar/apagar ou devolver os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.
- 6. Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado,

ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.

7. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
8. O Contraente Público designou um Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado através do seguinte endereço eletrónico: «epd.rgpd@cmviseu.pt».

PARTE II

Condições técnicas

Capítulo V

Disposições específicas do fornecimento

Cláusula 23.^a

Caracterização dos bens a fornecer no âmbito do contrato

1. Os bens a fornecer no âmbito do contrato consistirão em:
 - 1.1. Coluna metálica tipologia 1, a qual deverá cumprir com as seguintes características:
 - 1.1.1. Coluna de iluminação pública tronco-piramidal octogonal em chapa de aço, DMA, qualidade S355, galvanizado por imersão a quente de acordo com a norma EN ISO 1461, de altura útil nominal de **8 metros**, dotada de **braço simples direito de 1,25m** (fazendo um ângulo de 95° com a coluna 5° com a horizontal) e **braço pedonal a 4 m de altura com 300 mm de comprimento, com 0° de inclinação**, fixação por **enterramento, sem pintura**, incluindo transporte e descarga nos Armazéns Municipais.
 - 1.2. Coluna metálica tipologia 2, a qual deverá cumprir com as seguintes características:
 - 1.2.1. Coluna de iluminação pública tronco-piramidal octogonal em chapa de aço, DMA, qualidade S355, galvanizado por imersão a quente de acordo com a norma EN ISO 1461, de altura útil nominal de **8 metros**, dotada de **braço simples direito de 1,25m** (fazendo um ângulo de 95° com a coluna 5° com a horizontal) e **braço pedonal a 4 m de altura com 300 mm de comprimento, com 0° de inclinação**, fixação por **flange, sem pintura**, incluindo transporte e descarga nos Armazéns Municipais.

2. Em qualquer secção do fuste ou do braço, a espessura da respetiva chapa deve respeitar os valores estabelecidos nos documentos normativos da E-REDES.
3. O comprimento efetivo mínimo da ligação, entre o braço e o fuste, deve respeitar os valores mínimos estabelecidos nos documentos normativos da E-REDES.
4. A dimensão exterior da secção superior do fuste e a dimensão interior da secção inferior do cabeçote do braço, devem respeitar os valores mínimos, conforme estabelecido nos documentos normativos da E-REDES.
5. As dimensões das colunas acabadas devem respeitar as tolerâncias indicadas nos documentos normativos da E-REDES.
6. As dimensões da porta e da abertura de visita das colunas devem respeitar as indicações dos documentos normativos da E-REDES.
7. O compartimento elétrico das colunas deve permitir alojar um prisma retangular, introduzido através da abertura de visita, com as dimensões estabelecidas de acordo com as normas em vigor da E-REDES.
8. As colunas para a iluminação pública deverão cumprir com as demais especificações técnicas estabelecidas nos documentos normativos da E-REDES.

Cláusula 24.^a

Local de entrega dos bens

1. Os bens deverão ser entregues nos Armazéns Municipais de Paradinha.
2. O transporte, entrega e descarga dos bens considera-se incluído no fornecimento, não podendo representar qualquer acréscimo aos valores da proposta, ou encargo para o Município.

Cláusula 25.^a

Prazo de entrega dos bens

O Adjudicatário deverá entregar os bens no prazo máximo de 75 dias após emissão da requisição.

Cláusula 26.^a

Quantidades a fornecer dos bens de contrato

1. No prazo estipulado na **cláusula 25.^a** deverão ser entregues as seguintes quantidades:
 - a) Tipologia 1 - 9 unidades;
 - b) Tipologia 2 - 2 unidades;



MUNICÍPIO DE
VISEU

Anexo I

Informações sobre o tratamento de dados

Câmara Municipal de Viseu

Praça da República
3514 - 501 Viseu

geral@cmviseu.pt

www.cm-viseu.pt
www.facebook.pt/municipioviseu

Phone
T +351 232 427 427
Fax
F +351 232 423 112

DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Observações: No presente procedimento os dados pessoais tratados encontram-se sublinhados

Categorias de titulares	Municípios; <u>Colaboradores</u> ; Utilizadores; <u>Clientes</u> ; <u>Prestador de Serviço</u> ;
Categorias de dados pessoais tratados	<p><i>Dados de identificação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – <u>Nome</u>, fotografia, <u>número de identificação civil</u>, número de utente de saúde, número de segurança social, número de sistema de proteção de saúde (quando aplicável); <p><i>Dados de contacto:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – <u>Morada</u>, <u>e-mail</u>, <u>telefone</u>; <p><i>Dados de faturação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – <u>Número de identificação fiscal</u>, montante cobrado, data, IBAN; <p><i>Vida familiar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Estado civil, número de filhos ou pessoas dependentes e/ou qualquer outra informação necessária para atribuição de benefícios ou determinar os complementos salariais; <p><i>Vida profissional:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – CV, situação profissional, escolaridade, formação, distinções, diplomas, data de admissão, cargo, categoria profissional, nível salarial e tipo de contrato; <p><i>Dados de ordem financeira e patrimonial:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Remuneração, remunerações suplementares, variáveis ou montantes fixos, subsídios, férias, assiduidade, licenças, ou outras informações relacionadas com remunerações suplementares, montante ou taxas de contribuições obrigatórias ou facultativas, métodos de pagamento, nome do banco e número da conta bancária (NIB ou IBAN), rendimentos, património; <p><i>Dados de tráfego e de localização:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Endereços IP, logs, identificadores dos terminais, identificadores de ligação, dados de data e hora, dados de GPS, GSM; pontos wi-fi; <p><i>Dados de navegação na internet:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – IP de cookies de sessão, cookies de utilizadores, cookies de terceiros, dados de navegação; <p><i>Perfis:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Hábitos de vida, bom devedor, saudável; <p><i>Dados de categorias especiais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas e filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos (controlo de acesso físico, controlo de acesso lógico), dados sobre a saúde, a vida sexual e a orientação sexual; <p><i>Dados relacionados com condenações penais e infrações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – <u>Registo criminal</u>
Natureza do Tratamento	A prestação dos serviços para o Fornecimento de Colunas para a Iluminação Pública na Rua Almirante Afonso Cerqueira implica o tratamento de dados pessoais de colaboradores da Primeira Outorgante. A Segunda Contratante trata a informação mediante as instruções da Primeira Cliente, de acordo com as necessidades definidas, não tendo relação direta com as pessoas cujos dados pessoais processa. Implica as atividades de: Registo e armazenamento da informação da Primeira Outorgante; Eliminação ou destruição da informação quando requerido Primeira Outorgante e o término do serviço. Os dados são fornecidos pela Primeira Outorgante, na qualidade de responsável pelo tratamento, através de ficheiros encriptados e são armazenados em servidores locais da Segunda Outorgante, sem recurso a subcontratantes ulteriores.
Duração do Tratamento	Prazo de acordo com a legislação arquivística.